

“O pessoal é político”: repensando a dicotomia público/privado

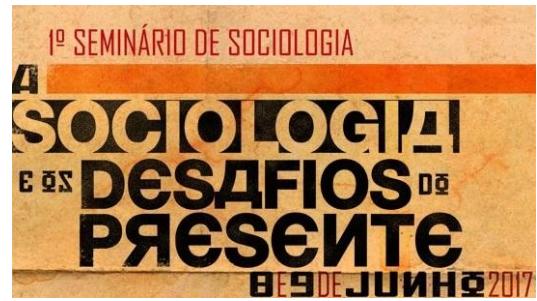
Letícia Machado Spinelli¹

A máxima “o pessoal é político” se consagrou, em sentido estrito, como signo da análise crítica do feminismo frente à dicotomia público/privado e, em sentido amplo, é identificada com o desenvolvimento da teoria política feminista. A questão central perpetuada a partir dessa máxima diz respeito, particularmente, à separação entre as esferas pública e privada. Embora as análises feministas acerca dessa questão possam destoar, é ponto comum entre elas a afirmação de que no interior da dicotomia público\privado permanece uma ambiguidade resultante de práticas e teorias patriarcais.

A ausência de questionamento acerca da separação entre as esferas pública e privada é a grande agenciadora da naturalização e reprodução das relações assimétricas de gênero. Geralmente, Estado e vida doméstica são vistos como duas esferas inversamente proporcionais: enquanto o Estado é público por sua própria gênese, a vida doméstica é vista como o mais privado dos redutos. “Privacidade” adquire, portanto, contornos interpretativos distintos na teoria liberal e na teoria feminista: enquanto no primeiro caso, a limitação à intervenção do Estado corresponde a maior autonomia e liberdade dos cidadãos, no segundo, é visto como uma legitimação do direito do “chefe de família” na vida doméstica. “Privacidade” nessas duas abordagens logra seu significado e interpretação segundo a posição dos indivíduos nas relações de poder.

Sobretudo a partir das abordagens de Carole Pateman, Susan Moller Okin e Jean Cohen, a teoria política feminista se construiu enquanto teoria crítica da dicotomia público/privado, apontando os termos que viabilizam e cristalizam a opressão feminina a partir da separação dessas duas esferas. Okin (2008) observa

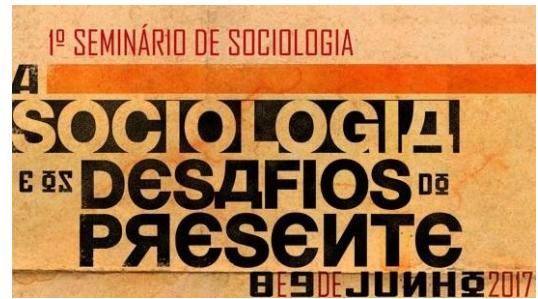
¹ Dra. em Filosofia em atividade de Pós-Doutorado (PNPD- CAPES) junto ao Programa de Pós Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Professora temporária do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal de Santa Maria.



que estabelecer a família como pertencente à esfera privada implica em retirá-la da esfera política. Com efeito, relações de poder, hierarquia, divisão do trabalho, dependência econômica e restrição de escolhas são questões inerentes à vida cotidiana familiar e compõem campos semânticos de relações politizadas. Assim, visto que poder, práticas políticas e econômicas estão também vinculados à via doméstica, a distinção público e privado não é tão óbvia como pode parecer à primeira vista. Jean Cohen (2012) observa, nesse sentido, que a dicotomia público/privado, por um lado, perpetua estereótipos culturais de gênero e, por outro, blinda as relações assimétricas nas relações domésticas.

É interessante salientar que a reflexão acerca da separação entre o público e o privado, bem como a crítica tecida pelo feminismo, se edificou de modo lento no interior da teoria feminista. No âmbito da primeira onda, assim como em parte da segunda, os questionamentos e reivindicações das feministas se referiam e concentravam, sobretudo, na vida da mulher fora de casa: exigências de direito de estudar, trabalhar e votar eram, inclusive, legitimadas sob a justificativa de que sendo mais “realizadas” nesses domínios, a mulher desempenharia melhor o seu papel no interior da vida familiar. Não se supunha, portanto (algo que hoje é bastante claro e debatido), um vínculo entre a opressão na vida pública e a submissão na vida doméstica.

A investigação acerca da dicotomia público/privado não guarda uma análise unívoca entre as teóricas feministas. Susan Okin e Carole Pateman não defendem uma identificação entre o público e o privado sob o argumento que muitas das reivindicações feministas estão ancoradas em vários tipos de privacidade. Jean Cohen, por sua vez, propõe para além da desconstrução da dicotomia público e privado, um esforço para reescrever e repensar a categoria do privado, a qual, na sua proposta, corresponde à autonomia decisória. As diferentes abordagens, contudo, não movem o cerne da questão. “O pessoal é político” comporta, em sua abordagem e direcionamento embrionários, basicamente, as seguintes proposições: i) as esferas política, econômica e doméstica não podem ser interpretadas de maneira isolada; ii) a



vida doméstica, assim como a política, também é norteada pela dinâmica do poder; iii) insistir na separação e distinção dessas esferas é privar de exame atento um domínio importante da vivência humana. Essas proposições são adotas e desenvolvidas quer no sentido de edificar a teoria política feminista quer no sentido de promover um exame crítico e tecer novos olhares frente o liberalismo.